

DIALÉTICA DA MARGINALIDADE EM JOÃO ANTONIO¹

Manoel Freire (UERN)
manoelfrr@gmail.com

Introdução

A condição marginal de populações urbanas tem sido tema recorrente no Brasil, pelos menos nas últimas duas décadas, presente no debate acadêmico e em formas artísticas contemporâneas, sobretudo no cinema e na literatura, e em particular na prosa de ficção, através da figuração de situações vividas pelas personagens. Um dos escritores que mais fundo mergulhou no universo da marginalidade foi o paulista João Antonio, que ambienta suas narrativas no espaço marginal das periferias de grandes cidades, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, de modo que suas personagens, na quase totalidade, representam indivíduos que estão à margem do processo social, portanto excluídos dos possíveis benefícios advindos do progresso econômico, vivendo através de ocupações e expedientes ilegais como jogo, furto, prostituição, tráfico e outras práticas que caracterizam a marginalidade. Longe de sugerir explicações simplistas à moda naturalista, como sugerem textos da literatura e do cinema contemporâneos e o debate acadêmico superficial, de forte apelo midiático, as narrativas de João Antonio transfiguram o processo social de marginalização dos excluídos na medida mesma de sua complexidade.

A marginalidade na obra do contista se apresenta na forma complexa de suas narrativas, em que a vida do pobre e do marginal constitui-se não apenas como tema ou motivo exterior, mas se transfigura na própria forma, através da frase cortante e certa de um narrador que vivencia por dentro a condição marginal. Esse narrador, seja ele protagonista ou observador, traduz em forma artística a gíria do malandro que nega a ordem, o gesto silencioso do mendigo, o apelo obscuro da prostituta, mas também a poesia que embala o sonho da criança pobre e carente de afeto.

Embora a presença do pobre marginalizado na literatura brasileira não seja recente, é só a partir de certo momento que o oprimido entra nas páginas da literatura na condição de protagonista, como dera já na primeira metade do século para citar dois exemplos que tomam como cenário as regiões marginalizadas da cidade do Rio de Janeiro. Mas é nas narrativas de João Antônio, entre as décadas de 1960 e 1980, que os marginalizados entram definitivamente nas páginas de nossa literatura como verdadeiros protagonistas e, o que mais significativo, em muitos casos são os narradores do seu próprio drama, apresentando assim a visão do mundo dos excluídos de um modo muito autêntico, pois contada de dentro, pelo próprio sujeito que vive a experiência da marginalização social, como observa Antonio Candido (1999).

O universo das noites metropolitanas, como bares, salões de jogo, botecos e os desertos das ruas constituem o espaço de que João Antônio se apropria para pôr em cena os mais variados personagens, uma extensa galeria composta por indivíduos em geral marginalizados da sociedade, conforme já notara Fábio Lucas:

¹ Este trabalho vincula-se ao projeto de “Configurações da malandragem na obra de João Antonio”, desenvolvido com a aluna Auricléia de Souza Ferreira, graduanda do curso de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), bolsista de iniciação científica no período de 2010 a 2012.

O universo da malandragem que se espelha por bares, sinucas, bocas de fumo e cafuas, a sua ética, os seus contatos com a periferia pobre trabalhadora ou com segmentos mais corruptos da polícia, os dramas dos soldados na caserna, os namoros de pessoas humildes e desempregadas, eis o território humano de que João Antônio extrai o melhor da sua ficção. (LUCAS, 1999, p. 91)

A marginalidade está intimamente ligada ao universo da malandragem, que ganha voz nas narrativas do escritor paulista, aprendem a partir da própria experiência, de modo que a vida é ao mesmo tempo a escola que ensina aos marginalizados a arte de sobreviver à exclusão social (Cf. DURIGAN, 1983). Essa literatura busca revelar, por meio da representação de grupos sociais marginalizados, que há uma competição e uma exploração semelhantes ao e dá na sociedade dos bem situados, e que moldam a ética que rege a vida malandra, na qual as ações se articulam a partir de “uma espécie de arte de sobrevivência do despossuído e do marginalizado”, e, no caso do conto *Malagueta, Perus e Bacanaço*, “o vagabundo e o jogador impõem a sua lógica consagrando a legitimidade de uma ética marginal que passa a dar sentido à existência, que de alguma forma se iguala à do homem comum” (PRADO, 2004, p.150).

1. Malagueta, Perus e Bacanaço

O conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” integra a coletânea de mesmo nome, primeiro livro publicado por João Antônio, em 1963, ganhador de vários prêmios, inclusive o Jabuti. É a narrativa mais longa do livro, e sem dúvida uma das mais importantes da obra do escritor paulista, como também da literatura brasileira contemporânea. Essa narrativa apresenta uma estrutura que de certo modo o diferencia da forma convencional do conto, considerando os aspectos que caracterizam e definem esse gênero, tais como brevidade, concentração, e unidade de ação (CORTÁZAR, 2006). Trata-se de uma narrativa extensa, em que se narra a trajetória de vagabundos que perambulam durante uma noite inteira por diferentes regiões da capital paulista, com o único objetivo de armar trapagens e ganhar dinheiro nas rodas de sinuca. Os três protagonistas dão título ao conto e, embora pertençam ao mesmo universo (o mundo da marginalidade), diferenciam-se por alguns aspectos que definem de certo modo a posição de cada um no grupo, como idade, cor, da pele etc. Diferenças que não anulam uma igualdade fundamental: todos são malandros, e como tais ocupam uma posição marginal, vivendo numa posição ambígua entre a ordem e a desordem (DA MATTA, 1990), daí porque sua própria identidade é precária, haja vista que nem ao menos apresentam nomes de batismo ou de registro civil.

Como a maioria dos personagens de João Antônio, Malagueta, Perus e Bacanaço identificam-se por algum traço que adquirem na experiência da marginalidade, não se sabendo seus nomes de batismo e registro civil, sendo “rebatizados” segundo os códigos e normas do universo marginal de que fazem parte. Malagueta é assim denominado pelo hábito de mastigar pimenta malagueta enquanto beberica doses de cachaça; o Menino Perus carrega o nome da região da região de origem, onde morava com uma tia, não se sabendo nada sobre seus pais.

Mais sugestivo é o nome de Bacanaço, que parece derivar de bacana, denominação recorrente no mundo da malandragem, em geral com certa dose de ironia. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* apresenta algumas acepções da palavra vocábulo bacana, tais como: palavra que qualifica pessoas com atributos positivos, tais como: bonito; compreensivo, correto, afável, interessante; com outros sentidos, ainda com carga positiva: “indivíduo rico, que mora nas áreas nobres das cidades, de hábitos

requintados, pertencente às classes altas da sociedade”; “grã-fino”, “pessoa atraente” (HOUAISS, 2004, P. 370). Considerando que o malandro (mesmo aquele de melhor situação econômica) está sempre numa condição marginal, portanto aquém do “homem rico e bem visto na sociedade”, já que ele seria uma “caricatura do burguês”, a denominação de bacana dada a um malandro é sempre irônica, como é irônica própria situação de Bacanaço no grupo.

Assim, o nome de Bacanaço distingue-se pela posição que ocupa no universo da malandragem, em que se apresenta com a pinta de bacana: bem vestido, desenvolto no andar e no falar, coloca-se acima dos pobres diabos que em geral engrossam as fileiras da marginalidade (porém sem deixar de viver na condição marginal). A impostação de Bacanaço intimida o menino Perus, que o reconhece como um dos graúdos nas hostes da malandragem: “Vestido de branco, com macio rebolado, Bacanaço se chegou: - Olá, meu parceirinho! Está a jogo ou a passeio? O menino Perus encolheu-se no blusão de couro, os dedos de Bacanaço indo, vindo, atijando. Desafiavam”. A assimetria nas relações entre os dois parceiros do taco fica evidenciada pelo modo como cada um se posta diante do outro: “O anelão luzia no dedo do outro e o apequenava, largava-o de olhos baixos, desenxabido. O menino Perus chutou para longe uma ponta de cigarro, arriou no banco lateral. Três dedos enfiaram-se nos cabelos”, nos diz o narrador, para logo em seguida mostrar que, embora fosse evidente a autoridade de Bacanaço sobre Perus, no jogo de sinuca eram parceiros e se igualavam:

Avistavam-se todas as tardes, acordados há pouco ou apenas mal dormidos. Dois tacos conhecidos e um amigo do outro não pretendem desacato serio. Os desafios goram, desembocam num bom entendimento. Perus e Bacanaço, de ordinário, acabavam sócios e partiam. Então, conluiados, nem queriam saber se estavam certos ou errados. Funcionavam como parrelha fortíssima, como bárbaros, como relógios. Piranhas, Lapa, Pompéia, Pinheiros, Água Branca... Ou em qualquer muquinfo por aí, porque todo muquinfo é muquinfo, quando se joga o joguinho e se está com a fome. Negaça, marmelo, trapaça, quando iam os dois. Um, o martelo; o outro era o cabo. (ANTÔNIO, 2004, p.149-150)

Bacanaço representa o malandro experiente e na auge da fama, respeitado nas rodas de jogo e no universo da malandragem, tanto pela habilidade em forjar trapaças como pela capacidade de contornar situações complicadas com policiais corruptos. Bem vestido, Bacanaço impressiona pela boa aparência e pelo discurso persuasivo capaz de driblar policiais ou malandros mais experientes e diante do menino Perus sua figura cresce. Já Perus, embora conhecedor das manhas e trapaças que a experiência da marginalidade ensina, considera-se um “aprendiz” face ao desembaraço do outro, como se pode constatar numa passagem do conto em que o narrador apresenta Bacanaço a partir do ponto de vista de Perus:

O menino Perus também sabia. Mas era um menino diante de Bacanaço e por isso ouvia quieto, só meneando a cabeça de acordo com tudo. Para final – Bacanaço era taco melhor, jogador maduro, ladino perigoso da caixeta, do baralho e da sinuca, moreno vistoso e mandão, malandro de mulheres. Camisa de Bacanaço era uma para cada dia. Vida arrumada. De mais a mais, Bacanaço tinha negócio com os mascates, aqueles que vendiam quinquilharias e penduricalhos nas beiradas da Lapa-de-Baixo, e era um considerado dos homens do mercado. Malandro fino, vadio de muita linha, tinha a consideração

dos policiais. Andar com Bacanaço, segui-lo, ouvi-lo, servi-lo, fazer parceria, era negócio bom (ANTONIO, 2004, p. 154).

Enquanto pensam estratégias para sair da situação em que se encontram, os dois vagabundos fantasiam aventuras no jogo, porém sem tirar o pé da realidade, pois recordam façanhas de grandes jogadores nas vitórias e nas derrotas. Ao cair da noite, depois de imaginar trapaças para ganhar dinheiro e aplacar a miséria, Perus e Bacanaço recebem a companhia do velho Malagueta, que vem ao encontro dos dois. O velho aparece fantasmagoria da própria desgraça dos sem eira nem beira, como nos mostra o narrador: “Capiongo e meio nu, como sempre meio bêbado, Malagueta apareceu, no pescoço imundo trazia amarrado um lenço de cores, descorado; da manga estropiada do paletó balançavam-se algumas tiras escuras de pano”. (ANTÔNIO, 2004, p. 158). Experiente, com muitos anos de malandragem e muitas noites de sarjeta e cadeia, ao ser provocado por Bacanaço Malagueta se afasta para analisar a situação: “O velho se escapuliu, foi procurar o último banco do salão, o seu lugar, e sentou. Era um velho acordado e gostava de explicações. Dali tudo via, pernas cruzadas, na dissimulada, como quem não visse nada. E ali embiocado não o enxergavam bem” (*Ibidem*, p. 159).

A figura de Malagueta é uma imagem eloquente da precariedade da situação dos que vivem na marginalidade: um velho maltrapilho, já sem esperanças ou ilusões na vida, traduz o próprio fracasso, o que sugere que mesmo os mais espertos mal conseguem sobreviver na viração das ruas. Mestre de trapaças e picardias, como os outros dois malandros, Malagueta encontrava-se faminto e sem dinheiro para saciar a fome. Com sua chegada completa-se o trio de viradores: juntam-se os três vagabundos sem eira nem beira, todos “quebradinhos”, como nos diz o narrador, com necessidade e habilidades para armar trapaças tomar dinheiro de “otários” nas rodas de sinuca. Movidos pelo mesmo propósito saem a vagar pelos bares e muquinhos dos diversos bairros da cidade de São Paulo: Lapa, Água Branca, Cidade, Pinheiros. Conhecendo a situação de cada um, sabendo-se três desgraçados, mas também tendo consciência de que poderiam unir forças para aplacar a miséria, começam imaginar façanhas:

Estavam os três quebrados, quebradinhos. Mas imaginavam marotagens, conluios, façanhas, brigas, fugas, prisões - relatos no jornal e todo o resto -, safadezas, tramóias; arregos, bem arrumados com cagüetes, trampolinagens, armações de jogo que lhes dariam um tufo de dinheiro; patrões caros aos quais fariam marmelo, traição; imaginavam jogos longínquos, lá pelos longes dos subúrbios, naquelas bocas do inferno nem sabidas pela polícia; principalmente imaginavam jogos caros, parceirinhos fáceis, que deixariam falidos, de pernas para o ar. (ANTÔNIO, 2004, p.161-162).

Como em todas as esferas da vida social, no universo da marginalidade há diferenças de posição entre os indivíduos, que se distinguem por uma hierarquia tacitamente estabelecida. A diferença entre os três protagonistas é bem marcada: o menino Perus, embora conhecendo bem as “normas” que regem a vida dos malandros, por ser o mais jovem nunca se impõe, respeita sua posição de “aprendiz” e sabe que deve obedecer aos mais experientes grupo, daí sua obediência e a admiração por Bacanaço, que atua ao mesmo tempo como mestre e “protetor”. Já Malagueta, embora seja o mais experiente em função da idade não tem o prestígio necessário para liderar o grupo, pois a idade e os revezes da vida (cadeia, pequenos furtos, embriaguez etc.) o descredenciam. Por sua vez, Bacanaço reúne as qualidades requeridas para liderar um grupo de malandros, daí porque assume o comando do trio, tornando-se chefe e

“patrão”, que os patrocina e os chefia no jogo. Ele sintetiza as qualidades do malandro com autoridade para liderar o grupo: anda bem vestido, usa adereços e joias de padrão classe média (ou imitação), tem habilidade no discurso e em certas situações é capaz de se entender com autoridades, sobretudo policiais.

Habitados aos revezes da vida marginal, a cujos efeitos só conseguem sobreviver às custas de muita astúcia e muito sofrimento, as personagens revelam sua humanidade em atitudes em que transparece um sentimento de desolação, mas sobretudo a consciência de que é preciso preservar a própria humanidade no mundo desumano em que vivem. Sabem que no mundo da marginalidade a sobrevivência depende da astúcia para vencer as batalhas e que as vitórias são sempre provisórias. Sitiados, os personagens percebem que suas vidas giram em um mesmo patamar, e que o único meio de superar vencer a miséria é estabelecerem uma “sociedade” e partirem para aventuras nas “bocas do inferno”, assim denominados pelo narrador os botecos e muquinfos em que se joga sinuca. O pacto firmado entre os três malandros de modo que Bacanaço, na condição de patrão, financia as partidas em que Perus e Malagueta jogam combinados, armando trapaças e marmeladas.

Firmada a “sociedade”, os três companheiros saem da Lapa em direção a Água Branca e chegam ao Joana D’arc, onde “corria a roda do jogo da vida, o joguinho mais ladrão de quantos há na sinuca” (ANTÔNIO, 2004, p. 164), segundo o narrador. A marmelada consiste em que o velho Malagueta fecha o jogo dos demais e facilita “a vida” do Menino Perus. Habilidade no manuseio do taco e escudado pelo velho Malagueta, mestre de trapaças e “amarrador de jogo”, Perus vai ganhando todas, para satisfação de: “Bacanaço sorria. Funcionavam direitinho, sem supetões, eram tacos de verdade, nascidos para trapacear. Arranjo bom. Malagueta defendendo, o menino Perus se atirando, encrocado, sem-vergonha” (ANTÔNIO, 2004, p. 169). Malandro dos malandros, Bacanaço compreende o espírito que anima o copo maltratado de um vagabundo sofrido: “Firma a tacada, se mexe como piranha atenta, quer morder. E beliscava porque vai com juízo. Talento já traz escondido na massa do sangue e juízo a fome lhe dá”. (*Ibidem*, p. 170).

Enquanto não desperta desconfianças a parceria dá lucro, mas, como todo malandro é um otário em potencial, pois “Este mundo não tem malandro completo”, como dirá outro narrador de João Antônio (2003, p. 155), o velho Malagueta vacila e deixa entrever a proteção, o que seria decisivo para o fracasso do conluio. Ironicamente, é um policial aposentado e frequentador assíduo das rodas de jogo que percebe a marmelada e denuncia. “- Botem fé no que eu digo qu’eu não sou trouxa não e nessa canoa não viajo. Tá muito amarrado o seu jogo, seu velho cara-de-pau”, esbraveja Lima, para depois ameaçar: “Botem fé. Eu pego marmelo neste jogo, arrumo uma cadeia pros dois safados”. Descoberta a trapaça, o plano dos três caminho para o o fracasso, já rendera o que poderia, frustrando as expectativas de Bacanaço, que esperava ganhar muito no jogo, confiante na habilidade dos seus “operários”.

O fim do jogo evidencia o conchavo mas não o desfaz: os três continuam a parceria e saem à procura de outros salões onde pudessem tomar dinheiro de otários. A divisão dos ganhos é feita de acordo com o estabelecido no contrato, ou seja, a maior parte para Bacanaço, o patrão: “Do lado de lá da rua, quase em cima dos trilhos do bonde, o carro freou e os apanhou. Bacanaço meteu-se no banco dianteiro. Contou, demorou distribuiu”, mostrando para os companheiros que a maior parte lhe cabia: “O que é meu - e apontou a parte mais gorda: Três mil e quinhentos cruzeiros, era a parcela do patrão. O resto era trato. Malagueta ganhou dois contos e Perus, outros dois. Receberam”. Embora o acordo fechado fosse negociado pelos três, a atitude de Perus e Malagueta ao receberem sua parte deixa entrever certo grau de insatisfação por lhes

tocar a menor parte, um sentimento abafado de injustiça, que vem sugerido pela secura do verbo “Receberam” sem qualquer modalizador ou complemento.

Entre outras coisas, o conto de João Antônio nos mostra que apesar de ser um universo à margem, o mundo da malandragem não está nitidamente separado da ordem vigente na sociedade burguesa, e mesmo tendo suas “leis” e códigos próprios, a forma de organização social que o rege segue de perto as normas que regulam a ordem oficial. Assim, evidencia-se na relação entre Malagueta, Perus e Bacanaço uma espécie de divisão social do trabalho, em que o trabalhador vende sua mão-de-obra para um patrão que lhe paga um salário, de modo que a maior fatia dos lucros vai para patrão, possuidor do capital, reproduzindo-se no universo da marginalidade a exploração vigente na ordem estabelecida.

Em contraste com espaço fechado que limita sua existência, confinada nos limites estreitos entre as ruas e as salas de sinuca, a necessidade de se movimentar para poder encontrar os próprios meios de sobreviver é inerente à vida dos personagens, e neste movimento circular se constrói seu próprio destino, que pode ser o “ganho fácil” na mesa de sinuca, ou, com a mesma probabilidade, serem colhidos pela polícia e levados para a cadeia, conforme alerta o ex-policiaLima, assíduo frequentador da sinuca: “Habitante daqui é futuro morador da Casa de Detenção” (ANTÔNIO, 2004, p. 168).

O conforto de suas vidas com a vida dos bem postos na sociedade escala social alimenta nos três personagens o sentimento da exclusão, que se manifesta também no plano da subjetividade. É o que se percebe no trecho do seu percurso em que eles atravessam uma região habitada por famílias economicamente favorecidas, circunstância que favorece a percepção das diferenças que os separam do mundo dos bem postos. Embora os personagens permaneçam em silêncio, pelo recurso do estilo indireto livre o narrador nos transmite o sentimento que os afeta ao perceberem o contraste. Diferentemente do que se poderia esperar, a atitude dos três vagabundos não é de revolta ostensiva face à situação humilhante a que são levados, mas de uma espécie de “melancolia do fracassado” que olha para sua condição com o duplo sentimento de injustiçado, mas também cúmplice da própria exclusão social, como se a marginalidade não fosse um destino irrevogável. “Mas era uma noite de sábado e ouve outros lados por onde passaram, apequenados e tristes”, registra o narrador, para em seguida pôr em cena os que não têm motivo para tristezas:

Vai-e-vem gostoso dos chinelos bons de pessoas sentadas balançavam-se nas calçadas, descansando.

Com suas ruas limpas e iluminadas e carros de preço e namorando-se, roupas todo-dia domingueiras aquela gente bem dormida, bem vestida e tranqüila dos lados bons das residências da Água Branca e dos começos das perdizes. Moços passavam sorrindo, fortes e limpos, nos bate-papos da noite quente. Quando em quando, saltitava o bulício dos meninos com patins, bicicletas, brinquedos caros e coloridos. (ANTÔNIO, 2004, p. 177-178).

O narrador aprofunda o contraste e toca fundo a subjetividade dos três companheiros, despertando-lhes o sentimento da exclusão e consciência de que são apenas três vagabundos:

Aqueles viviam. Malagueta, Perus e Bacanaço, ali desencontrados. O movimento e o rumor os machucavam, os tocavam dali. Não

pertenciam àquela gente banhada e distraída ali se embaraçavam. Eram três vagabundos, viradores, sem eira, nem beira. Sofredores. Se gramassem atrás do dinheiro, indo e vindo e rebolando, se enfrentassem o fogo do joguinho, se evoluíssem malandragens, se encarassem a polícia e a abastecessem se se atilassem, teriam o de comer e o de vestir no dia seguinte; se dessem azar, se tropicassem nas variações, ninguém lhes daria a mínima colher de chá – curtissem sono e fome e cadeia. (ANTÔNIO, 2004, p.178).

A parada seguinte do itinerário dos três vagabundos é Barra Funda, ironicamente no salão denominado “Paratodos”, salão em que deparam com Silverinha, o tira corrupto que aproveita a condição de policial para extorquir os malandros nas salas de bilhar. Como atividade paralela às suas funções na polícia, cobrava uma taxa equivalente aos impostos nos salões de jogo, que os malandros (jogadores) tinham que pagar, sob chantagens e humilhações, como único meio de garantir sua permanência no jogo e evitar a cadeia. Ao chegarem os três malandros no “Paratodos” Silverinha já estava, como se os esperasse (“Piranha esperava comida”), e logo os aborda, intimando Perus: “- Vem cá, moleque!”. O desprante do policial ao abordar o garoto não deixa dúvidas quanto à face corrupta e à truculência da polícia, ainda mais se se considera que praticava uma atividade ilegal, o abuso de poder não encontra limites quando as vítimas são os despossuídos. O episódio é um dos momentos mais tensos do conto, e apresenta alguns aspectos significativos no contexto da ficção de João Antônio, a começar pela dialética entre a vida marginal e a ordem estabelecida, pois a atividade marginal e ilegal é praticada pelo policial, representante da ordem oficial, de modo que se misturam os dois mundos, o dos marginais e o dos homens que “zela pela ordem”. É evidente que a truculência do policial na execução de uma operação ilegal expõe a face corrupta do Estado, como também a precariedade da situação dos vagabundos que, como tais, nada podem fazer contra seu algoz, já que são apenas três marginais e vivem de trapagens e expedientes tão ilegais quanto aquele praticado pelo tira corrupto.

O narrador de João Antônio é visceralmente ligado ao submundo e conhece por dentro a vida marginal, daí exprimir sempre o ponto de vista dos despossuídos, o que se evidencia neste episódio, que indica uma clara simpatia do narrador pelos vagabundos, ao realçar a imagem negativa do policial: “O negro chamando, apoiado no balcão. De branco, pele brilhando, chapéu de preço, cara redonda, enorme, onde um riso debochado se escarrapachava” (ANTÔNIO, 2004, p. 190). Na figura de Silverinha se encontram alguns elementos que caracterizam o próprio malandro: terno branco, chapéu, riso debochado etc., semelhança que aparece também nas atitudes, sugerindo que o policial não é mais do que um malandro investido do poder do Estado.

Face à timidez do garoto, que na sua condição nada podia, cresce a truculência do policial que, dono da situação, “Azucrinava, exigia, demorava-se no exame do menino”, ciente de que nada podia um vagabundo contra si: “Ali, cantava de galo, dava cartas, jogava de mão, mexia e remexia, a condição de mando era sua. Infeliz algum abria o bico” (ANTÔNIO, 2004, p. 191). Velho experiente, Malagueta sentia pelas humilhações do menino, mas no fundo sabia que tudo se resolveria com a intervenção de Bacanaço, que sanaria a situação com algum dinheiro e o bom discurso, pois o policial era igualmente um malandro. “Malagueta acompanhava. Aquela zombaria e aquela humilhação eram suas conhecidas. Necessário dinheiro para tapar e a boa conversa de Bacanaço, conhecido dos homens da polícia”, pois sabia que “Malandro de sua classe sempre contorna esbregue com os homens da lei”, e que “aquilo era um conluio, um ali era do outro, diferença não haveria” (ANTÔNIO, 2004, p. 192), o que se confirma adiante, ao consumir-se o entendimento entre Silverinha e Bacanaço:

Pedi bebida com desprante, indicou o tamborete, sentaram-se como iguais. Como colegas. O malandro e o tira eram bem semelhantes – dois bem-ajambrados, ambos os sapatos brilhavam, mesmo rebolado macio na fala e quem visse e não soubesse, saber não saberia quem ali era polícia, quem ali era malandro. Neles tudo sintonizava. (*Ibidem*, p. 196).

Ao perderem o jogo para o tira corrupto, os três companheiros seguem seu itinerário abatidos, mas sem qualquer expressão de revolta, olhando um para o outro e cada um guardando para si mesmo a opressão interior, como se aquele destino fosse tacitamente admitido. A extorsão praticada por Silveirinha lhes dói como uma “porrada”, não só porque lhes tirava parte do dinheiro ganho no jogo, mas sobretudo porque os fazia perceber a precariedade da própria condição, haja vista que eram apenas “três vagabundos”. Levando “Uma carga humilhada nos corpos, uma raiva trancada, a moral abaixo de zero”, caminhavam os três malandros, que “apenas se olhavam, quando em quando, sem reclamações”, porque tinham consciência de que nada podiam: “Fazer o quê? Eram três vagabundos e iam”. Sem palavras para expressar a própria dor, comunicam o sentimento pelo olhar, que exprime de forma eloquente a cumplicidade na condição marginal: “Os olhares dos três se acharam e Malagueta, Perus e Bacanaço pararam minutos. O silêncio agora pesava, os três olhavam-se, com pena, palavra nenhuma”, mas havia em cada um deles “um padecimento, doía, arrasava”. (ANTÔNIO, 2004, p.197-198). A dor faz aflorar a dignidade dos vagabundos, muitas vezes abafada pelas “ações indignas” exigidas pelo cotidiano dos que vivem na marginalidade. Assim, o que os fazia sofrer era o sentimento da sua condição de desvalidos:

Não era exatamente o dinheiro. Quinhentos cruzeiros não machucam quem se atira a partidas de até dois contos ou atravessa dias sem comer, combatendo em volta da mesa. Dinheiro é do jogo e para o jogo – donde vem e para onde vai. O sofrimento não era pequeno não. Seu tamanho não era o da nota de quinhentos. O que doía era sofrerem uma apoquentação e não poderem malhar o abusado que os vomitara (*Ibidem*, p. 198).

Humilhados e ofendidos no que lhes resta de dignidade, os três decidem continuar a caminhada à procura de jogo e depois de vagarem pelo centro resolvem partir para Pinheiros, onde chegam pela alta madrugada e onde travariam a última batalha. Enquanto ensaiam jogadas entre si apenas para passar o tempo, surge no salão um sujeito em quem Bacanaço enxerga a possibilidade reaver dinheiro perdido no encontro com Silveirinha. Tratava-se de Robertinho, sujeito pequeno com aparência de otário, mas que na verdade era um fino malandro e um “artista do taco”, já conhecido de Perus: “O homem era Robertinho, dos maiores tacos de Pinheiros, um embocador, fino dissimulador de jogo” (p. 215). Robertinho aproxima-se de Bacanaço e o convida para o jogo, o que deixa Perus preocupado, pois sabia que o confronto era fatal. Mas a malandragem tem sua ética e malandro “digno” do nome não dedura outro, daí porque Perus sofria, pois nada podia fazer para evitar a desgraça do companheiro e a sua própria, pois Robertinho levaria todo o dinheiro dos três sócios:

Em pensamento, Perus pedia a Bacanaço, não marcasse jogo. Robertinho, um bárbaro, piranha manhosa e o pior - escondia jogo. Se quisesse, bolava um plano, passava duas três horas perdendo, malandro de capital, que era. Depois, mordida, dobrava paradas, ia à forra - largava o parceirinho falando sozinho, sem saber por que perdera. Bacanaço e Malagueta o desconheciam, aquilo era um esbregue que o mulato ia arrumar. (ANTÔNIO, 2004, p. 215-16).

Batidos, abraçam a segunda opção, ainda que a contra gosto, e a após a disputa humilhante com Robertinho os três malandros perambulam pela cidade, sem dinheiro, famintos, digerindo o próprio fracasso, retornando ao amanhecer ao mesmo ponto de onde tinham partido no início da noite anterior: “A curriola formada no velho Celestino contava casos que lembravam nomes de parceirinhos. Falou-se que naquela manhã por ali passaram três malandros, murchos, sonados, pedindo três cafés fiados” (ANTÔNIO, 2004, p. 222), fechando assim o círculo da malandragem, terminando o percurso cada um digerindo o próprio fracasso, cumprindo assim o destino da maioria dos malandros.

Referências

- ANTÔNIO, João. *Malagueta Perus e Bacanaço*. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- _____. *Dedo duro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CANDIDO, Antonio. Na noite enxovalhada. *Remate de Males*. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, n. 19, Campinas, 1999, p. 83-88.
- CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: *Valise de cronópio*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 147-163.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DURIGAN, Jesus Antonio. João Antônio e a ciranda da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 214-218.
- LUCAS, Fabio. Reflexões sobre a prosa de João Antônio. *Remate de Males*. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, n. 19, Campinas, 1999, p. 89-103.
- MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- PAES, J. Paulo. O pobre diabo no romance brasileiro. In: *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 39-61.
- PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto Personagem de João Antonio. In: *Trinceira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 241-256.